

ANC 12

# Em Brasília, ESTADO DE SÃO PAULO o futuro em 23 ABR 1988 construção

**LUIZ CARLOS LISBOA**

A Assembléa Nacional Constituinte é um mostruário expressivo do universo pensante brasileiro da atualidade, um corte anatômico na cabeça política do País, em nosso tempo, com suas intuições e credências, esperanças e temores. Ao proceder à votação do título do sistema tributário, os constituintes decidiram aumentar o controle do Poder Legislativo sobre despesas realizadas pelo Executivo — que não mais poderá usar recursos da Previdência Social, por exemplo, para a cobertura de déficits de empresas em vermelho, mantidas pelo poder público. Aqui ficou manifestada a descrença geral no personalismo anárquico que domina a vida pública nacional há quase um século, e que se acentuou terrivelmente na Nova República, correspondendo à intenção popular de desaprovar os expedientes “tapa-buraco” de contabilidade provinciana (quando não, de contabilidade inconfiável) do Executivo. Os constituintes, também atores do mesmo espetáculo, algumas vezes, sentiram a precisão e a urgência de podar um excesso, quando nada para que futuros legisladores façam o resto do serviço.

Os impasses nas negociações sobre a definição de empresa nacional, a exploração de minerais e a reforma agrária, pontos essenciais do título da ordem econômica, imobilizarão o plenário da Constituinte até a próxima terça-feira. O que pensa, ou melhor, o que sente o homem da rua a respeito? Até que ponto ele relaciona o que está sendo decidido na futura Constituição com a informação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest), de que as empresas do Estado estão dando, no Brasil, um prejuízo de um bilhão de cruzados por dia? Há dois dias, reunidos numa das salas da liderança do PMDB, os líderes dos partidos e do Centrão tentaram chegar a um acordo sobre pontos polêmicos da ordem econômica, mas ao final do encontro tudo o que se sabia é que a Constituinte só retomaria suas sessões na terça-feira da semana seguinte. Após o encontro, houve uma encenação interessante: o senador Severo Gomes reuniu-se com militares do Conselho de Segurança Nacional (CSN) a portas fechadas. Deputados peemedebistas fizeram circular, então, que o CSN estaria dando apoio ao texto da Comissão de Sistematização sobre a nacionalização das jazidas minerais, o que foi logo depois desmentido. Ali estavam as superstições, a xenofobia, as manobras e as pressões comuns ao pathos político brasileiro.

A atual Constituinte não representou sempre a fonte popular que lhe deu origem e a justifica. Ao tempo das manobras da Sistematização, uma parte tentou empolgar o conjunto do organismo, e a contraparte desse movimento surgiu na forma do Centrão. É curiosa a maneira como analistas

políticos vêem hoje esse grande bloco parlamentar que surge e desaparece, para de novo emergir, como se ele fora alguma coisa esperta e maliciosa, que falando em nome da maioria não passasse de reles e ínfima minoria. A verdade é que o Centrão teve aprovada sua vontade enquanto maioria, e se ele se rearticula agora é para conseguir impor, na forma legal e segundo a tradição democrática, sua visão de Brasil. Não é nada que se precise defender, ou que seja passível de ataque: é fenômeno que se projeta numericamente e que representa um conagraçamento de pontos de vista. A sentir a Assembléa Constituinte como a mais autêntica manifestação da vontade do País — mais que o Executivo, pelas razões históricas recentes que se conhecem —, há que reconhecer os grupos que se fazem majoritários no seu plenário como formas de expressão legítima da vontade popular. Conspirações internacionais à parte, quando é chegada a hora de discutir a ordem econômica.

A decisão da Mesa da Constituinte de punir os gazeteiros veio tarde e chegou cheia de desculpas, mas era inevitável sua adoção porque a impontualidade dos brasileiros é um dos defeitos que mais irritam esses mesmos brasileiros. Não apenas a impontualidade, como as pequenas irresponsabilidades que impedem a consumação de negócios, o cumprimento de contratos e até a convivência social. Ainda aqui a Constituinte tem vibrado suas cordas no mesmo tom da opinião pública, refletindo — para o bem e para o mal — o talento e as manias, os pequeninos preconceitos e a insegurança da nacionalidade. No momento de discutir a ordem econômica, é preciso ver que tendências do espírito popular prevalecerão, entre as tantas que se chocam e as muitas que foram exploradas politicamente neste século. A exploração de minerais no País, para lembrar um ponto importante, é prato feito para a demagogia populista. O grande potencial e a pobre tecnologia de produção colocam a Nação numa encruzilhada. A ignorância sobre o assunto é vasta: confunde-se exploração de minérios com garimpo, e o temor de que empresas estrangeiras tomem (a imagem é essa, quase infantil) nossas reservas, ganha dimensão obsessiva em alguns espíritos. Pelo projeto da Comissão de Sistematização (os artigos 200 e 206 da sua Constituição), tudo será nacionalizado, e o ritmo da produção de minérios cairá depressa, com uma perda de ritmo do desenvolvimento que não será recuperada talvez nem em meio século.

Esses receios, alguns adolescentes e outros herdados do fundo animal do homem, existem no coração das pessoas até que são dissolvidos com a localização de suas causas e origens. O que se designa como maturação — a de um indivíduo, de uma assembléa, de um povo — consiste quase sempre em discernir o real do fantástico. Quanto mais uma assembléa é representativa, tanto mais ela revela os temores e as dúvidas dos seus representados. Isso acontece também com as virtudes e a beleza interior da intuição, que abre os olhos do espírito às vezes a uma coletividade inteira. Nos próximos dias, vamos ver que energias e forças tendem a emergir e prevalecer no País, condicionando seu futuro.